Será a distribuição dos horários de trabalho uma categoria significativa para a teoria do valor?

DAL ROSSO, S. **O ardil da flexibilidade:** os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017. 286 p.

Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira¹

Sadi Dal Rosso, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, é autor de livros, entre eles: *A jornada de trabalho na sociedade* (1986), *A Regulação social do trabalho* (2003) e *Mais trabalho: A intensificação do trabalho na sociedade contemporânea* (2008). Em 2017, lançou a obra; *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*, por meio da qual o autor apresenta o trabalho de forma crescente, sempre com mais horas de trabalho, porque as horas laborais constituem a essência do valor.

Durante muito tempo, a distribuição das horas laborais eram entendidas como algo quase que “inerente ou natural” à duração da jornada pelo fato de prevalecer sistematicamente a rigidez na partição dos horários. Inclusive os trabalhadores lutaram para construir uma jornada de tempo integral como sua bandeira; e, em muitos países, o trabalho controlou o capital no regulamento das horas laborais. E construíram horários fixos das 8 às 5 horas ou das 9 às 6 horas, sem trabalho noturno e sem trabalho em fins de semana.

1 Atualmente cursa doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (Uninove) – 2018. Mestra em Educação pela Universidade Nove de Julho (Uninove). E-mail: neibandeira2000@yahoo.com.br

Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

O advento do neoliberalismo, por sua vez, com base na decisão individual e contratação direta com o empregador, abriu confronto com essa vitória da jornada de tempo integral. A jornada de tempo integral passou a ser denominada de rígida, porque os horários se repetiam, contrapondo-se à disposição flexível, que representaria a modernidade e seria fator importante para a globalização. O capital tenta impor a flexibilidade de horários para o trabalho, a começar pela parte do discurso em que “flexível” é ‘moderno’.

Se o cerne da teoria do valor são as horas laborais, o autor pergunta se a dimensão de distribuição, repartição, partilha, divisão, disposição, administração das horas exerce algum papel na teoria do valor, se contribui com a produção de valor ou não. A discussão dessa questão está pouco presente na literatura internacional e menos ainda na brasileira. E, mesmo para os clássicos da literatura crítica, ela passou sem ser desenvolvida. Em prefácio, intitulado: “Flexibilidade, tempos e horários”, o autor menciona: “O futuro do labor foi caracterizado como o momento do trabalho flexível, ao passo que o trabalho rígido descrevia o tempo passado” (p. 11). Nessa perspectiva, o trabalho flexível apresenta-se para a sociedade como uma forma positiva, de uma sociedade em transformação.

Dal Rosso chama a atenção, pois, para a categoria de “trabalho rígido e trabalho flexível”, propondo uma reflexão para as formas de contratação dos trabalhadores e trabalhadoras e qual tipo de trabalho exercem.

Com vistas a responder à questão suscitada, o autor divide a obra em três partes. A primeira, intitulada: “Flexibilidade de horas e teoria do valor”. Trabalho rígido e trabalho flexível sempre existiram na história do trabalho. “[...] horários flexíveis fizeram parte das práticas de trabalho durante todo o percurso da história” (p. 22).

A construção do “trabalho rígido” ocorre em meio à luta dos trabalhadores pela regulamentação do trabalho em horários de tempo integral: a luta pela duração da jornada de trabalho em oito horas diárias, contra o trabalho noturno, pelos fins de semana sem trabalho.

Mas, onde e quando surgiu essa qualificação de horários flexíveis? Existem várias histórias ou estórias sobre a gênese da flexibilidade de horários.

Com o crescimento da economia alemã ocidental pós-Segunda Guerra Mundial, a mão de obra passou a ser interna logo em princípio, pois o estímulo à imigração não aconteceria de forma rápida. Desse modo, a proposta da economista Christel Kaemmerer era investir na ideia de “tempos de trabalhos flutuantes” ou “flextempo”, trabalho destinado às mulheres e que ganhou outros países da Europa, introduzindo-se nos Estados Unidos no início da década de 1970.

Conta o autor que “[...] flexibilidade e flexível” aparecem como elementos identificadores de processos de crescimento e transformação do capitalismo” (p. 44); no entanto, com o fordismo/keneysonianismo, que vigoraram com força entre 1930 e 1970, perdeu-se a capacidade de responder com precisão às demandas provenientes das grandes contradições geradas no âmbito do capitalismo.

Dal Rosso recorre a Harvey (1989), na obra *A condição pós-moderna* para maior compreensão do que denominamos “acumulação flexível”. Ele emprega os termos de rigidez e flexibilidade. Rigidez envolve a relação dos trabalhadores com o Estado e as empresas privadas, quando não há variação nos horários. Descreve o regime como possibilidade de uma relação direta à rigidez do fordismo. Já flexibilidade tem a ver mais com toyotismo. Com esse modelo de alteração significativa nas relações de trabalho, a ideia de flexibilidade pode incluir um processo legitimador de um conjunto de práticas, políticas e organizacionais nem sempre favoráveis à criação de igualdade.

A partir de 1980, a flexibilidade ganhou os mercados, com um grande incentivo dos governos nacionais e tomando formas desreguladoras do trabalho com suas políticas de mercado livre; assim, desregulamentar ou flexibilizar “[...] consiste num processo de retirar direitos construídos, [...]”. Em síntese, desregulamentar significa desconstruir direitos sociais” (p. 65).

Seguindo a lógica do capital e das várias formas de trabalho, com tempo e horários flexíveis, Dal Rosso chama a atenção para a forma como os horários flexíveis são incorporados na dinâmica do labor: “[...] tempo de trabalho é o tempo da vida humana que se desdobra na ativação de sua capacidade de transformação do universo [...]” (p. 73).

No campo efetivo da produção econômica, essa realidade tem um impacto significativo, uma vez que as tentativas organizacionais de acelerar

os processos produtivos são metas das organizações empresariais. “Todo trabalho assalariado é pensado, organizado e distribuído dentro de horários visando a alcançar os objetivos das empresas” (p. 92).

Esta primeira parte do livro é, toda ela, dedicada à discussão conceitual sobre a distribuição rígida e flexível do trabalho, com base na literatura brasileira e internacional. Dessa análise, resulta a pergunta se, de fato, a distribuição das horas laborais constitui uma dimensão diferente da duração da jornada ou do grau de intensidade laboral. Nossa leitura é que, o autor defende a proposta de que a distribuição da jornada constitui de fato uma dimensão distinta; neste sentido, precisa ser analisada em suas especificidades contributivas de gerar mais trabalho excedente.

Na segunda parte, intitulada “Tendências mundiais”, o autor deixa a discussão conceitual e histórica e avança em um estudo de como a flexibilização das horas já se faz presente nos países de centro capitalista mundial. Traz uma análise dos processos de desenvolvimento do trabalho flexível nos Estados Unidos, Canadá e União Europeia.

As crises econômicas decorrentes, são partes fundamentais para compreender a flexibilização do trabalho, que ganhou proporções mundiais. Nos Estados Unidos, há bastante tempo – desde a crise do petróleo de 1973 –, são empregadas formas de trabalho flexível, entre as elas: o teletrabalho, a terceirização, o trabalho em tempo parcial, as horas extras, o trabalho temporário e os arranjos flexíveis de trabalho.

Com a crise do Keynesianismo, ocorreu uma grande propagação da flexibilização das horas de trabalho nos países centrais. Nessa perspectiva, uma das modalidades em crescente expansão são os arranjos flexíveis de trabalho, chegando a 28% de todos os empregos do ano de 1997, chamando a atenção para os empregos em tempo parcial, esses são realizados praticamente por mulheres jovens e idosas, com atuação nas áreas de comércio e serviços.

A experiência no Canadá é mais visível em seu desenvolvimento desde 1992, até 1998, não sendo muito diferente da dos Estados Unidos, visto que: “O trabalho temporário chega a ocupar 10% da força de trabalho por volta de 1995” (p. 142).

Acerca da União Europeia, o autor cita que o trabalho flexível foi o mobilizador para que a crise do petróleo de 1973 fosse enfrentada. Em países como Holanda, Dinamarca, Alemanha, Suécia e Inglaterra, “o trabalho flexível representava mais de 10% dos empregos totais” (p. 144).

A flexibilização das jornadas encontra-se em pleno desenvolvimento nesses contextos. Este fato de que a flexibilidade está presente em países capitalistas ricos significa que ela é um componente novo das formas de produzir valor? Antes de concluir pela resposta do autor, vamos observar a situação da flexibilização de horários em um país, que não é totalmente da periferia, mas que contém muitos elementos da periferia em seu interior.

As análises apresentadas na segunda parte do livro referem-se a contextos de países capitalistas centrais, percussores do desenvolvimento capitalista, mas que, para o autor, diante da literatura estudada, a abrangência desse modelo se estende para as periferias, o que ainda requer uma análise mais aprofundada e, conseqüentemente, o poder de destrinchar as demandas mais prementes dos maiores afetados por esta nova ordem.

Na terceira e última parte de sua obra, “A flexibilidade laboral no Brasil”, o autor discorre que, desde os anos de 1970, o modo de organizar e gerir a esfera produtiva vem passando por transformações, acompanhadas por um processo intenso de flexibilização das relações de trabalho. No Brasil, realçando sua especificidade histórica e econômica, a flexibilização passou a se disseminar e a se intensificar com maior vigor, a partir dos anos de 1990, mais especificamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a ativação do instrumento chamado de “banco de horas”.

Para uma melhor compreensão, o autor faz um estudo sistemático da presença da flexibilização de horas e horários, mediante o recurso aos censos demográficos de 2000 e 2010, analisando a realidade por setores econômicos, por condição de faixa etária, gênero, cor e raça, um esforço difícil de encontrar semelhante nas análises de flexibilidade.

No caso brasileiro, a análise das atribuições das jornadas de trabalho está pautada na Constituição de 1988, que estabeleceu 44 horas para o trabalho de tempo integral no setor privado e 40 horas semanais no setor

público como jornada de tempo integral padrão. Já Dal Rosso considera trabalho flexível aquele que é realizado em horários acima deste padrão – isto é, de 45 horas semanais ou mais, que são as horas extraordinárias –, e o desvio de horas para baixo, que compreende 39 horas semanais ou menos. As jornadas insuficientes para atender às necessidades dos indivíduos compreendem os horários de fins de semana, horários noturnos e vespertinos, estágios, trabalho com contrato definido, trabalho em tempo parcial, dentre outros emergentes. Essas características de distribuição das horas de labor irão caracterizar o trabalho flexível e ainda mais, “[...] o emprego comparativo dos dois censos torna possível a análise de mudanças, tendências e diferenças” (p. 174). Dentre os vários setores da economia, o setor educacional se enquadra dentre os mais prejudicados pela flexibilização, incluindo o setor público e privado, nos níveis, básico, médio e superior, em todas as esferas da educação. Em 2010, aproximadamente 8 milhões de pessoas trabalhavam nesse seguimento. E as pessoas que trabalhavam 39 horas semanais ou menos alcançavam o índice de 36,9%. Percebe-se, assim, que os trabalhadores deste setor foram muito atingidos pelos processos de flexibilização.

Em todos os setores empregadores dos quais temos notícias em sua forma organizada – como é o caso de bancos, finanças, transportes, e os setores primário, industrial, da construção, do comércio, da educação, da saúde –, quando o Brasil, a partir dos anos de 1980, passou a vivenciar um crescimento econômico e procurou manter-se na ordem do capital, evidencia-se que a flexibilidade não interfere apenas no modo como a atividade produtiva é vivenciada, mas se estende para além dessa. Afinal: “O modo de produção capitalista tem por objetivo acumular capital sistemática e racionalmente. É sua tendência geral” (p. 231).

Tomo um segundo exemplo do impacto da flexibilidade sobre trabalhadores por cor e raça. Os dados denunciam que, em 2010, as jornadas-padrão de tempo integral para pretos e pardos era menor, com um número de 47,2%, enquanto que para os brancos e amarelos atingia a estatística de 53% dos casos. “Como tais diferenças constituem problemas estruturais mais do que conjunturais, as políticas para transformá-las demandam, necessariamente, ações de larga duração” (p. 264).

Realizado este percurso, pelas três partes que compõem o livro, é hora de avaliar os inúmeros questionamentos que emergem das proposições que o autor analiticamente faz crítica. Entre eles; a flexibilização da jornada contribui de alguma forma com a produção de valor. Dessa forma, o leitor é convidado a buscar sua própria resposta a esta pergunta nas 286 páginas que compõem o livro.

Mas, seria difícil entender por que os empregadores voltam-se, de forma sistemática, para a adoção da forma flexível de ordenamento e distribuição das horas laborais, se não fosse com o objetivo de desconstruir uma vitória histórica dos trabalhadores, de ter uma jornada de tempo integral que os inclua no sistema capitalista e repassar para suas próprias mãos o controle dessas fatias de trabalho excedente.

Recebido em 27/08/2018

Aprovado em 29/11/2018